



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E (Nível Superior) ENFERMEIRO

18 de agosto de 2019

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **42** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 8** de Língua Portuguesa, **6** de Legislação e **4** de Raciocínio Lógico – **24** de **Conhecimentos Específicos** e a **Prova de Redação em Língua Portuguesa**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO.
- 3 A prova de Redação em Língua Portuguesa consistirá na elaboração de texto escrito com, **no máximo, 30 linhas**, em que serão avaliados: tema e nível de linguagem, coesão e coerência, regras de escritas.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição do texto definitivo para a FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitas com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul**.
- 7 Do CARTÃO-RESPOSTA, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada, ou com o uso de corretivo.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos se neles forem constatados falha de impressão e/ou se os dados apresentados no CARTÃO e na FOLHA não corresponderem aos seus.
- 9 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO serão os únicos documentos considerados para a correção. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 13 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 14:00h e término às 19:00h**, observado o horário de Belém-PA.
- 14 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 42.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de **1 a 8**.

Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?

Especialistas se dividem sobre assunto que terá de ser enfrentado por ministro Abraham Weintraub.
Constituição hoje não permite cobrança

Karla Dunder

- 1 O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico. Mas com
2 contingenciamento de verbas em todos os ministérios e como boa parte do orçamento da área é destinado
3 às universidades públicas, volta ao debate a questão do financiamento e de uma possível cobrança de
4 mensalidade.
- 5 De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem
6 cobrar mensalidades. Para mudar o texto seria necessário aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional
7 (PEC). Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de
8 matrícula em instituições públicas.
- 9 O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a
10 diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia
11 Costin. "Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu".
- 12 Ao mesmo tempo, Cláudia defende a produção de "estudos sérios e científicos a esse respeito para
13 que uma decisão possa ser tomada".
- 14 Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas
15 universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais.
- 16 "A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a
17 mensalidade", avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial. "O gasto público
18 nessas universidades é desigual e favorece os mais ricos. Não seria correto que toda a sociedade financie
19 o estudo de jovens de classes mais altas".
- 20 Como alternativa, Becerra usa o sistema das universidades australianas. O estudante paga o curso
21 após a formatura. "Uma parte do custo é devolvida à universidade, mas, como todas as questões sensíveis,
22 deve ser amplamente discutida com a sociedade".
- 23 Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e
24 oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições. "A cobrança
25 de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países
26 como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa".
- 27 Para o reitor da Unicamp, o professor Marcelo Knobel, a universidade gratuita é um direito de todo
28 cidadão. "É possível pensar em outros mecanismos como cobrar mais impostos de quem ganha mais",
29 avalia.
- 30 Knobel também destaca "que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite
31 financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos,
32 só 10% da receita vêm das mensalidades".
- 33 Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade
34 social. E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa. "As universidades públicas
35 têm um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisa de excelência, a cobrança seria um
36 retrocesso."
- 37 Difícil e delicada é a discussão. Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica. Mas
38 é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve.

<https://noticias.r7.com/educacao/universidade-publica-deve-cobrar-mensalidade-dos-mais-ricos-12042019>

Acessado em 25/05/2019

Texto adaptado

- 1** Segundo Marcelo Becerra, deve-se discutir com a sociedade
- (A) as desigualdades sociais nas universidades públicas.
(B) os gastos públicos nas universidades.
(C) o financiamento dos estudos de jovens de classe alta.
(D) o pagamento de cursos superiores após a formatura.
(E) a devolução dos custos dos cursos às universidades.



- 2 O entrevistado que se contrapõe ao pagamento de mensalidades por estudantes mais ricos julga que a medida
- (A) diminuiria as desigualdades sociais no País.
 - (B) favoreceria os estudantes de escolas particulares.
 - (C) aumentaria o gasto público nas universidades.
 - (D) não garantiria a manutenção das universidades.
 - (E) comprometeria o desenvolvimento de pesquisas.
- 3 O termo empregado no texto que **não** faz referência à cobrança de mensalidades nas universidades é
- (A) assunto (linha 9).
 - (B) forma (linha 15).
 - (C) alternativa (linha 20).
 - (D) polêmica (linha 37).
 - (E) tema (linha 38).
- 4 Do enunciado “*Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu*” (linha 11), é correto compreender que a cobrança de mensalidades em universidades públicas
- (A) deve ser discutida.
 - (B) é inadmissível.
 - (C) precisa ser implementada.
 - (D) pode ser ilegal.
 - (E) dá margem a polêmica.
- 5 Segundo regras de pontuação, uma vírgula deixou de ser empregada em
- (A) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (B) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia Costin* (linhas 9 a 11).
 - (C) *Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais* (linhas 14 e 15).
 - (D) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (E) *Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade social* (linhas 33 e 34).
- 6 De acordo com a norma culta, existe outra possibilidade de concordância verbal em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (C) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (D) *Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições* (linhas 23 e 24).
 - (E) *Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica* (linha 37).
- 7 Está na ordem inversa o enunciado
- (A) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável* (linha 9).
 - (B) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”* (linhas 16 e 17).
 - (C) *O estudante paga o curso após a formatura* (linhas 20 e 21).
 - (D) *E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa* (linha 34).
 - (E) *Difícil e delicada é a discussão* (linha 37).



- 8** O termo grifado acrescenta ao enunciado a ideia de inclusão em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de matrícula em instituições públicas* (linhas 7 e 8).
 - (C) *“A cobrança de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa”* (linhas 24 a 26).
 - (D) *Knobel também destaca “que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos, só 10% da receita vêm das mensalidades”* (linhas 30 a 32).
 - (E) *Mas é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve* (linhas 37 a 38).

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 9** A vacância do cargo público dar-se-á de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. São hipóteses legais para a sua concretização
- (A) I – falecimento; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – exoneração.
 - (B) I – readaptação; II – demissão; III – promoção – IV – exoneração; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
 - (C) I – promoção; II – demissão; III – exoneração – IV – readaptação; e V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – exoneração; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – falecimento; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – exoneração.
- 10** De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesses particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – para o serviço militar; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – para desempenho de mandato classista; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para o serviço militar; e IV – para capacitação.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.



- 11** O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos.
- (A)** I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B)** I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C)** I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D)** I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
- (E)** I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – racionalização de métodos e procedimentos de controle; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.



- 12** O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Assinale a alternativa em que todos os itens estão corretos.
- (A)** I – após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (B)** I – após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação não poderá ser parcelada; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza somente no País, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (C)** I – após cada quadriênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no país quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (D)** I – após cada anuênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.



- (E) I – após cada biênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação somente poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- 13** Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão e demissão são penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com essa Lei, outras penalidades disciplinares existem, tais como
- (A) I – advertência.
- (B) I – destituição de função comissionada; e II – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – advertência; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- (D) I – destituição de cargo em comissão.
- (E) I – destituição de função comissionada.

- 14** O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Dentre outras situações, são deveres fundamentais do Servidor Público
- (A)** I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (B)** I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – de modo opcional, manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (C)** I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a exigência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho não necessariamente seja regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (D)** I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (E)** I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – sempre que possível poderá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – não obrigatoriamente comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.

RACIOCÍNIO LÓGICO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 15** João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe:
- João, você vai aonde?
 - Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping.
 - João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim.
 - Sim, mãe.
- Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que
- (A) João foi ao cinema.
(B) João não foi ao cinema.
(C) João foi ao cinema e João comprou o chocolate.
(D) João comprou o chocolate no shopping.
(E) João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.
- 16** Um motorista dirige um ônibus entre a cidade A e a cidade B, distantes 300 km. Invariavelmente sai na segunda-feira de A às 7 horas e chega na cidade B às 12 horas. Na terça-feira, sai da cidade B às 7 horas e chega na cidade A às 12 horas. É correto afirmar que
- (A) o motorista trafegou pelo menos quatro horas com velocidade superior a 80 km/h.
(B) o motorista trafegou sempre abaixo de 60 km/h.
(C) existiu um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(D) é improvável que tenha havido um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(E) o motorista parou durante o trajeto tanto na segunda-feira como na terça-feira.
- 17** Cinco crianças identificadas pelas letras A, B, C, D e E participam de um jogo, que consiste em passar uma bola de uma para outra de acordo com as regras: A sempre passa a bola para B; B sempre passa para D; C sempre passa para A; D sempre passa para E e E sempre passa para C. Se o jogo inicia por B, é correto afirmar que, após 123 passagens, a bola encontra-se com o jogador
- (A) A.
(B) B.
(C) C.
(D) D.
(E) E.
- 18** Um tanque de 100 metros cúbicos de volume encontra-se enterrado e completamente cheio de água. O tanque está rachado e a água do terreno infiltra a uma razão constante no tanque. Uma bomba trabalha 12 horas durante o dia e retira 30 metros cúbicos de água. Fica parada 12 horas durante a noite, período em que 10 metros cúbicos de água retornam ao tanque pela infiltração. Neste ritmo, o tanque será esvaziado pela primeira vez no
- (A) oitavo dia.
(B) nono dia.
(C) décimo dia.
(D) décimo-primeiro dia.
(E) décimo-segundo dia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 19** A Resolução 358/2009 dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes públicos ou privados. Sobre esse modelo metodológico para o cuidado profissional de enfermagem, é correto afirmar:
- (A) Organiza-se em seis etapas inter-relacionadas, interdependentes e recorrentes: Coleta de dados de enfermagem; Diagnóstico de enfermagem; Planejamento de enfermagem; Implementação; Avaliação de enfermagem e Reavaliação dos dados.
 - (B) Deve estar baseado em intervenções de enfermagem conforme prescrições médicas no prontuário do paciente.
 - (C) Organiza-se em cinco etapas inter-relacionadas, interdependentes e recorrentes: Coleta de dados de enfermagem; Diagnóstico de enfermagem; Planejamento de enfermagem; Implementação e Avaliação de enfermagem.
 - (D) Deve ser realizado de modo deliberado e assistemático, em todos os ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de enfermagem.
 - (E) É a culminância da avaliação e planejamento do enfermeiro, com base nos resultados esperados frente ao diagnóstico médico.
- 20** No contexto do processo de enfermagem, o enfermeiro desenvolve etapas, dentre elas a coleta de dados com vistas a identificar problemas e estabelecer diagnósticos de enfermagem. Sobre o diagnóstico de enfermagem, é correto afirmar:
- (A) Processo de interpretação e agrupamento dos dados coletados e constitui a base para a seleção das ações ou intervenções com as quais se objetiva alcançar os resultados esperados.
 - (B) Processo de determinação dos resultados que se espera alcançar e das ações ou intervenções de enfermagem que serão realizadas face às respostas das pessoas, família ou coletividade humana.
 - (C) Ação contínua realizada com auxílio de métodos e técnicas variadas, que tem por finalidade a obtenção de informações sobre a pessoa, família ou coletividade humana.
 - (D) Ação deliberada de verificação de mudanças nas respostas das pessoas, família ou coletividade humana em um dado momento do processo saúde doença.
 - (E) Processo de tomada de decisões bastante elementar, como é o caso da interpretação de um resultado de exame laboratorial que pode auxiliar no planejamento terapêutico e no prognóstico.
- 21** O processo de enfermagem fornece subsídios teóricos que sustentam a prática do enfermeiro. Esse processo estabelece, como uma de suas metas, que o enfermeiro deve
- (A) pensar sobre tópicos clínicos, como a promoção do trabalho em equipe e a racionalização do fluxo de trabalho.
 - (B) proporcionar cuidado eficiente e de baixo custo, que atenda às necessidades biológicas, sociais, espirituais e culturais do indivíduo.
 - (C) considerar padrões, políticas, códigos de ética e leis (atos individuais de prática dos Estados e comissões estaduais de enfermagem).
 - (D) utilizar estratégias que usam o potencial humano ao máximo e compensam os problemas criados pela natureza humana.
 - (E) não somente tratar de problemas, mas também considerar os interesses, os valores, as necessidades e a cultura exclusiva dos pacientes.

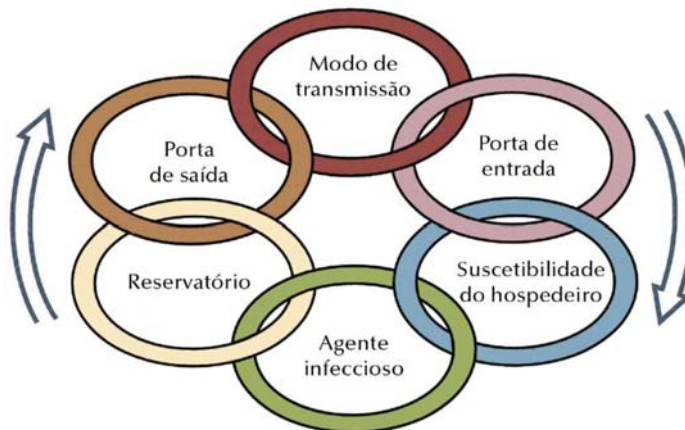
- 22** O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Trata-se de um direito social e sua criação e seu funcionamento estão vinculados aos princípios básicos de cidadania. Sobre esse sistema de saúde vigente no Brasil, é correto afirmar:
- (A) Realiza mudanças rápidas e profundas com novas exigências geradas pela reestruturação de cargos, gestão por competências, avaliação de desempenho, remuneração variável, entre outras.
 - (B) Quanto ao princípio da universalidade no sistema de saúde, destacam-se quatro aspectos que devem ser considerados pela enfermagem: empatia, diagnóstico, organização e humanização.
 - (C) O sistema de saúde é regido por leis fundamentais que garantem uma prática social íntegra e respeitosa. Entre essas leis, estão os princípios de iniquidade e de integração social.
 - (D) A iniquidade do cuidado é uma característica da clínica integrada e se refere ao fato de que a enfermagem não deve cuidar apenas da doença, mas do indivíduo de forma integral.
 - (E) É composto apenas das unidades públicas. Porém, quando se fala em sistema, é preciso associá-lo à ideia de rede, que se encadeia, objetivando prestar assistência em todos os níveis de complexidade para uma determinada população.
- 23** Sobre os princípios e diretrizes do sistema de saúde do Brasil, é correto afirmar:
- (A) A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu Artigo 7º, define integralidade de assistência como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
 - (B) A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 7º, define universalidade como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
 - (C) Definem atividade estatal inerente à saúde de uma população.
 - (D) A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 7º, define igualdade da assistência como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
 - (E) Especificam centralização, federalização e participação da comunidade como prioridade de orientação programática nos serviços básicos.
- 24** A prática da vacinação envolve diversos aspectos técnicos científicos e operacionais. Sobre os aspectos científicos que estão relacionados com a imunização do trabalhador, é correto afirmar:
- (A) Antígenos são proteínas que atuam no sistema imunológico como defensoras do organismo vivo contra bactérias, vírus e outros corpos estranhos.
 - (B) O agente imunizante é composto de pequenas quantidades de substâncias, como mercuriais e antibióticos.
 - (C) A pureza da vacina consiste em não ser prejudicial ao ser humano e apresentar o mínimo de efeitos indesejáveis.
 - (D) Antígenos são estruturas reconhecidas pela resposta imune como não próprias e que estimulam a produção de anticorpos.
 - (E) A falha na resposta primária consiste na inexistência de anticorpos até o 30º dia após a imunização.
- 25** Em relação ao planejamento e à organização das ações de imunização, é correto afirmar:
- (A) A vacina pode ser acondicionada em refrigerador comum com o armazenamento de insulina e outros medicamentos.
 - (B) Em casos de surtos e epidemias, a vacinação no serviço não é obrigatória, pois isso não caracteriza rompimento de cadeia de transmissão da doença.
 - (C) No preparo das doses que serão aplicadas, aconselha-se o uso de caixas acrílicas com termômetro de coluna de mercúrio para melhor controle e observação das doses.
 - (D) A temperatura da caixa térmica das vacinas deve ser mensurada com um termômetro de coluna de mercúrio antes de colocar as vacinas no seu interior.
 - (E) Nos casos de vacinas virais, como febre amarela, sarampo, caxumba e rubéola, em locais muito quentes, essas vacinas não podem ficar expostas à temperatura de 10°C por mais de 30 min, pois perdem sua potência e seu poder imunogênico.



- 26** A higiene ocupacional auxilia na prevenção de acidentes. Sobre essa questão, é correto afirmar:
- (A) Promove, protege e recupera a saúde física e mental do trabalhador por meio de medidas de alcance coletivo e de motivação da população.
 - (B) Propõe modelo de autonomia e pressupõe informações adequadas à saúde do trabalhador com ênfase na higiene ocupacional.
 - (C) Tem como principais objetivos proporcionar ambientes de trabalho salubres, proteger e promover a saúde dos trabalhadores, proteger o meio ambiente e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável.
 - (D) Enfatiza a importância das relações interpessoais e da solicitude profissional para manter a higiene no ambiente de trabalho.
 - (E) Reconhece o direito de as pessoas emitirem ou receberem acesso à informação, respeitando seus valores e condições psicológicas.
- 27** A relação entre o estresse ocupacional e a saúde dos trabalhadores é tema de várias pesquisas nos últimos anos. Considera-se trabalhador com alteração na saúde mental aquele
- (A) submetido a assédio moral, situação em que um superior ou um colega de trabalho expõe o trabalhador a constrangimentos ou humilhações de forma repetida e prolongada, o que também pode causar danos mentais.
 - (B) com demanda psicológica e atividades ocupacionais expressas na solidariedade em relação à outra pessoa no ambiente de trabalho.
 - (C) que manteve contato com diferenças entre sujeitos, ou seja, aproximação simbiótica, permitindo mecanismo de defesa entre um e o outro.
 - (D) advindo de uma situação de projeção em que seus sentimentos e/ou mecanismos de defesa estão racionalizados.
 - (E) procedente de grupos de trabalho baseado estritamente na técnica, justificado por meio do campo do racional/intelectual.
- 28** Os transtornos mentais respondem por uma parcela considerável do absenteísmo e por outras dificuldades no mundo do trabalho. Quanto ao assunto é correto afirmar:
- (A) A dimensão fisiológica é imprescindível nas relações de trabalho e orientar suas práticas, com vistas à promoção da saúde em sua integralidade.
 - (B) Estabelecer e integrar princípios e diretrizes da saúde mental como parte da Política de Atenção à Saúde do Servidor é uma forma de defesa da cidadania, de buscar eficácia das ações públicas, promovendo práticas de gestão que propiciem um ambiente de trabalho saudável.
 - (C) É importante preservar os mecanismos de defesa para lidar com a racionalização, com a projeção e com a formação reativa que diferencie o comportamento mental do comportamento físico.
 - (D) Reconhecer a pertinência dos trabalhos de grupo que ajustem as situações emocionais mais intensas possibilita os próprios conteúdos afetivos/emocionais.
 - (E) Identificar possíveis erros no nível sociodinâmico de um grupo de trabalho é uma possibilidade de desenvolvimento pessoal saudável.
- 29** Sobre a organização e a gestão dos processos de trabalho em enfermagem e saúde, é correto afirmar:
- (A) Todo processo de trabalho é realizado para se atingir alguma(s) finalidade(s) determinada(s) previamente. Pode-se dizer, portanto, que a finalidade rege todo o processo de trabalho e é em função dessa finalidade que se estabelecem os critérios ou parâmetros de realização do processo de trabalho.
 - (B) O enfermeiro é o agente de todos os processos de trabalho em que se realiza a transformação de objetos ou condições para se atingir fins previamente estabelecidos.
 - (C) O objetivo do processo de trabalho é a produção de conhecimento ou condição que determina o conhecimento específico de cada processo de trabalho.
 - (D) As próprias estruturas médicas são determinantes, por exemplo, para as relações de poder no trabalho e para a organização dos diversos tipos de trabalho.
 - (E) As condições de trabalho se combinam na realização da tarefa, por meio da atividade técnica individual. Elas abrangem um espectro reduzido no processo de trabalho.

- 30** Sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), é correto afirmar:
- (A) O tratamento das pessoas com IST melhora a qualidade de vida, mas não interrompe a cadeia de transmissão dessas infecções. O atendimento e o tratamento são gratuitos nos serviços de saúde do SUS.
 - (B) A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passa a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.
 - (C) As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são as infecções causadas somente por vírus. São transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual, seja ele oral, vaginal ou anal.
 - (D) A abordagem sindrômica é uma política de saúde que em conjunto com o apoio define com o apoio de testes laboratoriais ou rápidos, e possui cobertura completa nos diferentes aspectos das IST.
 - (E) Nos testes rápidos, a execução, a leitura e a interpretação do resultado ocorrem em 24 horas em estrutura laboratorial.
- 31** O HIV é um retrovírus, classificado na subfamília dos Lentiviridae e é agente causador de uma infecção sexualmente transmissível. A principal conduta na profilaxia pós-exposição é
- (A) iniciar a profilaxia o mais rápido possível, preferencialmente nas primeiras doze horas após a exposição e no máximo em até 48 horas. A duração desta profilaxia é de 10 dias e a pessoa deve ser acompanhada pela equipe de saúde.
 - (B) receber o medicamento antirretroviral (xarope) e ser acompanhado no serviço de saúde mais próximo do local onde houve a exposição acidental.
 - (C) iniciar a prevenção combinada para responder às necessidades específicas do tipo de exposição acidental.
 - (D) iniciar a profilaxia o mais rápido possível, preferencialmente nas primeiras duas horas após a exposição e no máximo em até 72 horas. A duração desta profilaxia é de 28 dias e a pessoa deve ser acompanhada pela equipe de saúde.
 - (E) usar medicamentos antirretrovirais a cada 12h para reduzir o risco de infecções oportunistas.
- 32** Os Sistemas de Informação em Saúde são
- (A) sistemas que instrumentalizam e apoiam a gestão do SUS, em todas as esferas, nos processos de planejamento, programação, regulação, controle, avaliação e auditoria.
 - (B) serviços de saúde que aperfeiçoam a utilização dos recursos assistenciais disponíveis e promovem a transparência, a integralidade e a equidade no acesso às ações e aos serviços.
 - (C) sistemas, ações e serviços de média e alta complexidade; são objetos de controle e avaliação pelo Ministério da Saúde para habilitação e qualificação de serviços e regulação.
 - (D) sistemas web, criados para o gerenciamento de todo complexo regulador, por meio de módulos que permitem a regulação do acesso de consultas.
 - (E) sistemas de monitoramento e resposta às emergências em saúde pública em articulação com os demais órgãos do Governo Federal e Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios.
- 33** De acordo com a Resolução Cofen nº 543/2017, o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem deve basear-se em características relativas
- (A) ao serviço de saúde; ao serviço de enfermagem; ao serviço domiciliar.
 - (B) à distribuição percentual do total de profissionais de enfermagem que deve observar o sistema de classificação do paciente (SCP) e as seguintes proporções mínimas: para cuidado mínimo e intermediário, 33% são enfermeiros (mínimo de seis) e os demais auxiliares e/ou técnicos de enfermagem.
 - (C) às horas de enfermagem, por paciente, nas 24 horas: 06 horas de enfermagem, por paciente, no cuidado mínimo.
 - (D) ao registro diário da classificação dos pacientes segundo a classificação de riscos, para subsidiar a composição do quadro de enfermagem para as unidades de internação.
 - (E) aos procedimentos realizados em horários noturnos, final de semana e feriados que atenda a exames de urgência e emergência, devendo-se garantir a presença de dois enfermeiros e um técnico de enfermagem.

- 34** A consulta de enfermagem faz parte da assistência dirigida a grupos de risco com valores de pressão arterial limítrofes, predispostos à hipertensão. Quanto à atuação deste profissional, é correto afirmar:
- (A) Tratamento medicamentoso à base de diurético deve ser instituído para pacientes muito idosos diante de pressão sistólica superior a 160mmHg, visando reduzi-la a valores inferiores a 150mmHg.
- (B) Se a média das três medidas for igual ou maior a 130/80mmHg, está confirmado o diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e a pessoa deverá ser agendada para consulta médica para iniciar o tratamento e o acompanhamento.
- (C) A consulta de enfermagem deve estar voltada para as possibilidades de fazer a prevenção secundária, o uso correto das medicações e o controle do autocuidado.
- (D) Pessoas com pressão arterial limítrofe (entre 130/85 e 139/89mmHg) deverão fazer avaliação para identificar a presença de outros fatores de risco para doença cardiovascular.
- (E) Para a estratificação de risco cardiovascular, recomenda-se a utilização do escore de Asperger, que tem como objetivo estimar o risco de cada indivíduo sofrer uma doença arterial coronariana nos próximos dez anos.
- 35** Sobre os atuais modelos de gestão do cuidado em enfermagem fundamentados nas relações interativas e colaborativas, é correto afirmar:
- (A) No processo de trabalho do enfermeiro, identificam-se duas dimensões complementares entre si: a dimensão gerencial, cujo objeto é a organização do trabalho e os recursos humanos de enfermagem, e a dimensão assistencial, com seu objeto de intervenção voltado para as necessidades de cuidado do paciente.
- (B) A gestão ou gerenciamento do cuidado são compreendidos como um subprocesso complementar que constitui ações de intervenção pautadas nas evidências científicas.
- (C) O modelo taylorista valoriza os aspectos subjetivos na administração e mostra que o trabalhador pode ter outro desempenho à medida que desenvolve seu trabalho gerencial.
- (D) Têm por base a decisão individual do enfermeiro e o favorecimento e qualificação do cuidado ofertado ao usuário.
- (E) O gerenciamento em enfermagem está voltado para os recursos humanos e materiais que atendem à complexidade da atenção à saúde com ênfase em procedimentos e rotinas.
- 36** O enfermeiro tem vital importância na prevenção e no controle da infecção. Nesse sentido, considere a figura abaixo.



(Potter, 2016).

Cadeia de Infecção

Com base na figura acima e tendo em vista a atuação segura do enfermeiro no Controle de Infecção Hospitalar, é correto afirmar:

- (A) Os cinco tipos de precauções baseados em transmissão podem ser combinados para as doenças que têm várias vias de transmissão e são utilizados em adição às precauções padrão.
- (B) As precauções de barreira prescrevem o uso específico de protocolos de segurança quando um paciente é infectado ou colonizado com organismos atenuantes.
- (C) A lavagem simples das mãos refere-se à lavagem antisséptica ou fricção com antisséptico que se faz antes de realizar qualquer procedimento.
- (D) Os esforços do enfermeiro para minimizar o aparecimento e a propagação da infecção são baseados em princípios de ambientação e de coberturas estéreis.
- (E) As precauções padrão se aplicam ao sangue, produtos com sangue, todos os fluidos corporais, secreções, excreções (exceto suor), pele não intacta e membranas mucosas.



- 37** A educação é um instrumento potente para corrigir o descompasso entre a orientação da formação, o desenvolvimento dos profissionais de saúde e os princípios e as diretrizes do SUS. Nesse sentido, a educação continuada se constitui como
- (A) novas práticas que orientam a reflexão sobre o trabalho e a construção de processos de aprendizagem colaborativa e significativa, ofertando ações coletivas de desenvolvimento aos trabalhadores, a partir dos principais desafios identificados pelas equipes no cotidiano do trabalho.
 - (B) ferramenta de gestão que contempla, para além do indivíduo, os coletivos e a aprendizagem organizacional numa perspectiva problematizadora.
 - (C) programa de formação e desenvolvimento dos recursos humanos que objetiva mudanças pontuais nos modelos hegemônicos de formação e atenção à saúde e ainda busca proporcionar ao indivíduo a aquisição de conhecimentos, para que ele atinja sua capacidade profissional e desenvolvimento pessoal.
 - (D) aprendizagem no trabalho, em que o aprender e o ensinar são incorporados ao cotidiano das organizações e ao processo de trabalho, e na qual o processo de educação no serviço se faça a partir da problematização da própria prática.
 - (E) uma nova abordagem para os processos educativos em saúde que fortalece os espaços para a reflexão crítica e a problematização das situações enfrentadas no cotidiano.
- 38** A Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, institui a política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora. Conforme determina a Constituição Federal, essa política
- (A) contempla, em seu Art. 7º, todos os trabalhadores sem priorizar pessoas e grupos.
 - (B) alinha-se a com o conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS, considerando a transversalidade das ações de saúde do trabalhador e o trabalho como um dos determinantes do processo saúde-doença.
 - (C) estabelece, em seu Art. 2º, o controle e avaliação da qualidade dos serviços e programas de saúde do trabalhador, nas instituições e empresas públicas e privadas.
 - (D) cria espaços de interlocução bilateral e múltipla para internalizar a educação ambiental no conjunto do governo, contribuindo assim para a agenda transversal, que busca o diálogo entre as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infraestrutura.
 - (E) planeja, executa e avalia políticas públicas orientadas ao enraizamento da educação em saúde para mudanças na vida do trabalhador em todo o país.
- 39** O “diabetes mellitus” é um problema de saúde considerado condição sensível à atenção primária. Quanto às ações da assistência de enfermagem para avaliação e orientação, é correto afirmar:
- (A) Nas consultas de enfermagem, o processo educativo deve preconizar a orientação de medidas que comprovadamente melhorem a qualidade de vida: hábitos alimentares saudáveis, estímulo à atividade física regular, redução do consumo de bebidas alcoólicas e abandono do tabagismo.
 - (B) O processo de educação em saúde do usuário deverá ser único e realizado na primeira consulta, as demais devem focar na prescrição dos medicamentos. É fundamental que o plano de cuidado medicamentoso seja pactuado com a pessoa e inclua as mudanças de estilo de vida recomendadas.
 - (C) A consulta de enfermagem deverá incluir quatro aspectos fundamentais: história da pessoa, exame físico, avaliação laboratorial e estratificação do risco cardiovascular.
 - (D) O enfermeiro deve desenvolver atividades curativas para aumentar o nível de conhecimento dos pacientes e comunidade, além de procurar contribuir para a adesão do paciente ao tratamento.
 - (E) O enfermeiro deverá solicitar testes sanguíneos de rotina e avaliar as medições de glicemia capilar que fez entre consultas, para ajudar a monitorizar os seus níveis de glicemia.
- 40** A NR 7 é uma norma regulamentadora trabalhista que está diretamente relacionada com
- (A) atividades e operações insalubres.
 - (B) ergonomia.
 - (C) programa de controle médico de saúde ocupacional.
 - (D) equipamento de proteção individual (EPI).
 - (E) segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados.



- 41** A administração segura e correta de medicamentos é uma das responsabilidades mais importantes do enfermeiro. Sobre a organização sistemática desse procedimento, é correto afirmar:
- (A) Considerando a fase de implementação, as intervenções do enfermeiro enfocam a administração segura e eficaz do medicamento, as quais incluem preparo cuidadoso do medicamento, administração correta do medicamento e educação do paciente.
 - (B) Considerando a fase de avaliação, as intervenções do enfermeiro devem ser iniciadas com a coleta de informações sobre a etiologia dos fármacos incluindo indicação ou contraindicação destas substâncias.
 - (C) Durante o planejamento, outras avaliações podem incluir sinais vitais, exames laboratoriais e gravidade de sintomas.
 - (D) Dentre as atividades pré-administração, o enfermeiro deve documentar os dados pertinentes à resposta do paciente.
 - (E) A prescrição médica deve indicar a via de administração do medicamento; nos casos em que não houver descrição da via de administração ou se a via especificada suscitar dúvida, o enfermeiro tem autonomia para tomar a decisão de definir a via de acesso para a medicação.
- 42** Segurança do paciente no setor de saúde é própria da qualidade do cuidado. Quanto à assistência de enfermagem segura, é correto afirmar:
- (A) A Portaria nº 529/2015 cria o Programa de Segurança do Paciente para prevenir e reduzir a incidência de eventos adversos (quedas, administração incorreta de medicamentos e erros em procedimentos cirúrgicos) nos serviços públicos e privados.
 - (B) Os custos de tratamento aos danos ao paciente são menores quando comparados aos custos dos eventos adversos.
 - (C) O Ministério da Saúde, em parceria com os Hospitais de Excelência, lança projeto para orientar quanto às melhores práticas para o cuidado da segurança do paciente nos hospitais privados e nos do SUS.
 - (D) O projeto “melhorando a segurança do paciente em larga escala no Brasil” tem como um de seus objetivos realizar trabalho de coach para orientação em relação às melhores práticas quanto ao cuidado com a segurança do paciente.
 - (E) O impacto financeiro das falhas de segurança na saúde equivale a 50% do total de todas as atividades e gastos hospitalares.



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O texto **Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?** expõe argumentos de pessoas que se colocam favoráveis e de outras que se mostram contrárias à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em um texto em prosa, **expresse a sua opinião sobre o assunto, apresentando argumentos diferentes daqueles já pontuados no texto.**

Tema:

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RESCUNHO